



O GRANDE dia do cinquentenário da USP. O Estado de São Paulo,
São Paulo, 14 nov., 1984.

O grande dia do cinquentenário

da USP

O "Seminário de Palestras e Debates sobre a Universidade", promovido durante dois dias no auditório do jornal **O Estado de S. Paulo**, foi a comemoração mais importante que se fez até agora no ano do cinquentenário da Universidade de São Paulo — "um contraste com debates semelhantes" havidos na própria USP, como observou o jornalista e professor Oliveiros S. Ferreira, ao encerrar a reunião. Ontem de

manhã, os principais assuntos discutidos foram a descentralização da universidade, a redução da sua burocracia, os estímulos à criação, a liberdade para a pesquisa, o aumento dos recursos para a produção cultural e a presença do Estado na educação. Esses temas foram levantados pelo professor Irany Novah Moraes, da Faculdade de Medicina da USP, pelo senador e professor Fernando Henrique Cardoso e

pelo professor Erwin Theodor Rosenthal. À tarde, falaram o ex-reitor da USP Miguel Reale e os professores José Afonso da Silva e José Goldemberg. Reale sustentou que nenhuma reforma universitária será válida se não resultar também na reformulação do ensino médio, acabando assim com os "cursinhos" — que são, no seu entender, "o atestado de óbito do curso secundário". Goldemberg falou sobre finanças na universidade e pediu um orçamento realista, que seja feito com a participação dos departamentos, institutos e faculdades. Sobre a democratização da universidade, José Afonso da Silva advertiu que ela não se resume à eleição direta para reitor. É preciso antes, sustentou, que se discuta o papel da universidade no funcionamento de uma sociedade democrática. Todas as exposições e debates foram gravados e serão transformados num suplemento especial que **O Estado** publicará no dia 25. Amanhã, a **TV Cultura** apresentará o seminário num programa especial, das 21 às 23 horas. Todas as universidades de São Paulo — as oficiais e as particulares — tiveram representantes que participaram das palestras e debates ocorridos ontem e anteontem no seminário.

O GRANDE dia do cinquentenário da USP. O Estado de São Paulo, 14 nov., 1984.

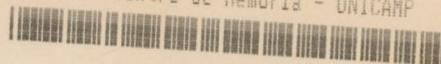


na propõe main pesquisa na universidade

Ilvoa (in)

JF 8.7.91.24-2

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE033312

OS DEBATES reúnem 200 convidados. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 nov., 1984.

Os debates reúnem 200 convidados

O auditório de O Estado de S. Paulo foi transformado ontem em um grande foro de debates, com 200 convidados participando do último dia do "Seminário de Palestras e Debates sobre a Universidade". As exposições da manhã — "Geografia Universitária Paulista", pelo professor Irany Novah Moraes; "Universidade e Ciência no Mundo Contemporâneo", pelo senador Fernando Henrique Cardoso; "As funções da Universidade e Carreira Docente", pelo professor Erwin Theodor Rosenthal — foram seguidas de dezenas de intervenções da platéia, formada na maioria por professores, estudantes, ex-reitores e diretores de unidades de ensino.

À tarde, houve palestras do professor José Goldemberg, sobre "Mecanismos para Organização e Elaboração do Orçamento da Universidade", do professor José Afonso da Silva, sobre "Democratização da Universidade", e o tema "Revisão da Reforma Universitária" foi desenvolvido pelo professor Miguel Reale. Depois de cada palestra, houve discussão com o plenário. O moderador dos debates foi o professor e jornalista

Oliveiros S. Ferreira, diretor de O Estado.

Desde as 9 horas, no início dos trabalhos do Seminário, o auditório esteve praticamente lotado. A TV Cultura, que manteve um telão instalado em um salão anexo, gravou as oito horas de discussão para a montagem de um programa especial da emissora que será apresentado amanhã a partir das 21 horas. O seminário também foi escolhido como tema para um trabalho de telejornalismo de alunos do segundo ano da Faculdade de Jornalismo da PUC.

O debate permitiu ampla participação dos convidados. Aconteceram também momentos de descontração, em meio à seriedade com que foram abordados mais variados ângulos da questão universitária. Um desses momentos foi quando o matemático João Carlos de Oliveira Monteiro, da Faculdade Paulistana, contestou a afirmação do professor Irany Novah de que o "computador não mente", rebatendo imediatamente que "o computador programante". João Carlos acabou tornando-se um personagem folclórico do seminário, depois que apelou a todas as autorida-

des presentes para que lhe informassem como proceder para registrar quatro teoremas de sua autoria. O matemático formulou-os há seis anos e, ontem, depois de recorrer ao senador Fernando Henrique Cardoso, desabafou: "Nem um senador da República conhece os mecanismos para registrar um teorema?"

A intervenção mais aplaudida pelo plenário foi a do professor Jorge Miguel, do Colégio Rio Branco. Mostrando uma cópia de prova do vestibular da Fuvest, Jorge Miguel contestou a qualidade do exame e o seu poder de avaliação dos conhecimentos dos candidatos. E citou uma das questões que pede ao vestibulando para apontar o autor de um texto, embora este seja apenas uma frase: "Comprou-se o peru, fez-se o peru, depois de uma missa bem mal rezada".

O presidente da Assembléia, Nefi Tales, determinou, ontem, a transcrição no Diário Oficial das palestras de abertura do Seminário.

O Estado gravou todo o Seminário, e a íntegra será publicada, até o final do mês, em um suplemento especial do jornal.



Foto Alfredo Rizzutti

As palestras atraíram professores, pesquisadores e estudantes

OS DEBATES reunem 300 convidados. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 nov. 1984

5-100-100-100



DEFENDIDO estímulo à pesquisa. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 nov., 1984.

Defendido estímulo à pesquisa

Descentralização, redução da burocracia, estímulos à criação, liberdade para a pesquisa, elevação dos recursos para a produção cultural e a presença do Estado na educação. Esses foram os principais assuntos discutidos ontem, pela manhã, no segundo e último dia do "Seminário de Palestras e Debates sobre a Universidade".

O primeiro orador, professor Irany Novah Moraes, livre-docente de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da USP, defendeu a regionalização do ensino superior no Estado com a criação de seis universidades, duas das quais metropolitanas e as demais abrangendo todas as regiões de São Paulo. Mantendo o nome de algumas, como a Universidade de São Paulo, e alterando de outras, Irany pretende modificar o mapa geográfico do ensino no Estado.

Enquanto a USP manteria seus três campi na Capital (Cidade Universitária, Araçá e largo São Francisco), a "Universidade da Grande São Paulo" aproveitaria a estrutura da Escola Paulista de Medicina (federal), da unidade da Unesp e das escolas municipais de São Caetano, São Bernardo, Santo André e Osasco. Já a Universidade de Campinas incorporaria a unidade da USP em Piracicaba, as da Unesp em Araraquara e Rio Claro, além das municipais de Piracicaba, Jundiá, São José do Rio Pardo, Bragança e Araras.

A "Universidade de Ribeirão Preto" incorporaria os contingentes da USP em Ribeirão Preto e São Carlos, da Unesp em São José do Rio Preto, Jaboticabal, Franca e Ilha Solteira, a Universidade Federal de São Carlos e as unidades municipais de São Carlos, Franca, Catanduva, Mococa, Votuporanga, São João da Boa Vista, Barretos, Fernandópolis e Santa Fé do Sul.

À futura "Universidade de Bauru" caberiam a estrutura e os estudantes da USP no município, da Unesp em Botucatu, Marília, Presidente Prudente, Assis e Araçatuba, e de escolas municipais de Avaré, Adamantina, Presidente Prudente, Marília, Penápolis e Jaú. Por último, a "Universidade do Vale do Paraíba" ganharia parte da Unesp (São José dos Campos e Guaratinguetá) e as estruturas municipais de Taubaté e Cruzeiro.

A proposta do médico Irany Novah Moraes foi muito discutida durante os debates, recebendo comentários contrários e a favor. O professor Miguel Reale, ex-reitor da USP, colocou-se a favor da regionalização do sistema universitário público, com uma ressalva: "A regionalização não pode ser feita só com dados numéricos, quantitativos. O quantitativismo já tem feito muito mal ao País". O professor Vanderlei Messias da Costa, da Associação dos Geógrafos, foi taxativo: "São Paulo não se presta a estratégias localistas, nem à demanda geografizada do ensino superior".

Segundo o orador, o senador e professor Fernando Henrique Cardoso falou de improviso sobre o tema "Universidade e Ciência no Mundo Contemporâneo". Disse que a universidade é, ao mesmo tempo, um "fato paroquial", que mantém uma "ambição universal" e que, por isso, tem algo a ver com a política.

Todas as mudanças ocorridas nos últimos anos, como a evolução tecnológica e as novas técnicas de comunicação de massa, não impedem um fato: a importância da relação aluno-professor. É verdade que houve uma dispersão, um fenômeno da sociedade contemporânea, que surge com a urbanização e os grandes aglomerados. E a produção científica tornou-se um fato coletivo que situa o pesquisador no campo universal.

Até mesmo a língua, instrumento básico de comunicação, se universalizou. Hoje, se produz mais em um só idioma do que nos demais, o que leva o senador do PMDB a comentar: "Ou se produz em inglês ou se está condenado ao tótem do pensamento". Dispersão e massificação provocam consequências, como a burocratização da universidade, que passam a se integrar à vida universitária, destruindo as relações diretas aluno-professor e professor-professor e tornando-se "elemento presente, necessário e perigoso".

A comunidade também exige da universidade que ela seja, segundo Fernando Henrique Cardoso, prestadora de serviços, como entidade burocratizada. Há um entendimento de que a universidade tem de devolver o que recebeu da sociedade. "Temos de prestar serviços e não sabemos como. Inventamos, fazemos planos. Imaginamos que, ao regionalizar, haja melhor integração entre comunidade e universidade. Mas a essência do espírito universitário contradiz isso: é um impulso universal que visa o descompromissado com o imediato."

A tensão existente entre aluno, professor, pesquisador e criador faz renascer a oposição entre "a organização que é necessária e a liberdade que é aspiração", para que o pesquisador possa cumprir sua vocação e "desenvolver uma verdade científica". Organização e liberdade precisam ser analisadas com atenção, disse o senador, pois têm relação com o crescimento e a presença do Estado.

Hoje, a função do professor não é mais a de exercer o controle administrativo, nem de "abrir o campo de conhecimento". Com as reformas ocorridas, o poder passou às mãos de quem controla a burocracia. E a abertura do "campo de conhecimento" foi estimulada por agentes externos à universidade, como a Fapesp, Finep e até fundações internacionais.

Para o professor Erwin Theodor Rosenthal, que falou sobre as "Funções da Universidade e Carreira Docente", essa instituição é criadora e necessariamente de vanguarda, e sua missão é a de "orientar a vida cultural e a ação racional pública". É mais: "Embora inserida no Estado e na sociedade de onde provém, não deve nem pode confundir-se com eles, pois, se fosse idêntica ao seu meio social, não teria a eficácia esperada na formulação das verdades indicativas da evolução cultural, nem no aperfeiçoamento racional dos cidadãos e seus propósitos".

A universidade existe para satisfazer necessidades definidas, mas não lhe compete resolver os problemas em si da sociedade. Cabe a ela, disse Erwin Rosenthal, "despertar a consciência social no sentido de justificar a própria existência, o que

fará mediante a prova de que formou cidadãos que correspondem às expectativas sociais e ao progresso científico".

Lembrando o lema "discordância na concordância", uma oposição à ameaça de uniformidade, o professor da USP considerou-o muito atual, embora formulado há mais de 500 anos. Mais adiante, afirmou que a universidade é "um organismo de cultura e razão, de ciência e crítica, mas não uma entidade de poder; é um corpo de ensino e pensamento, mas não de adiestramento e ação política. Tal conceituação é vital no preparo dos quadros docentes e no estabelecimento das exigências de seleção que lhe devem ser próprias".

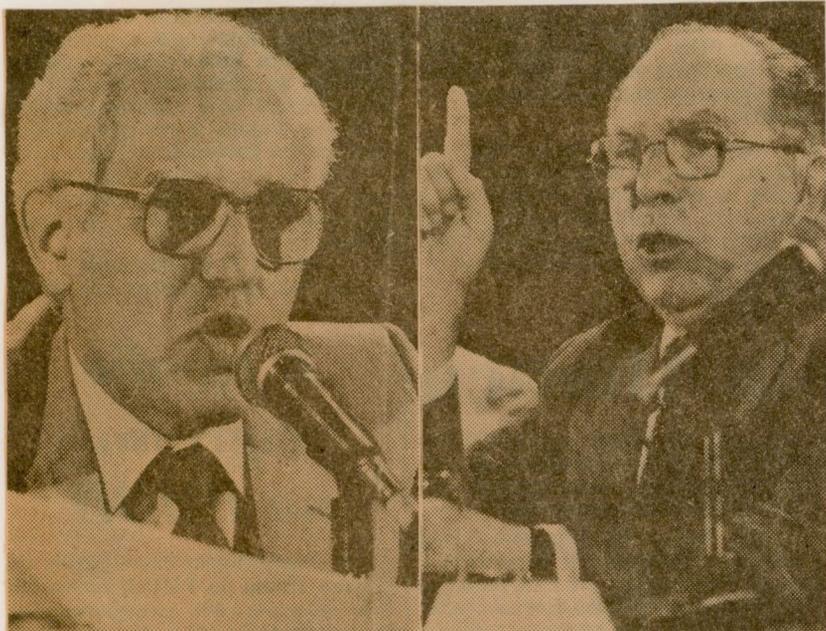
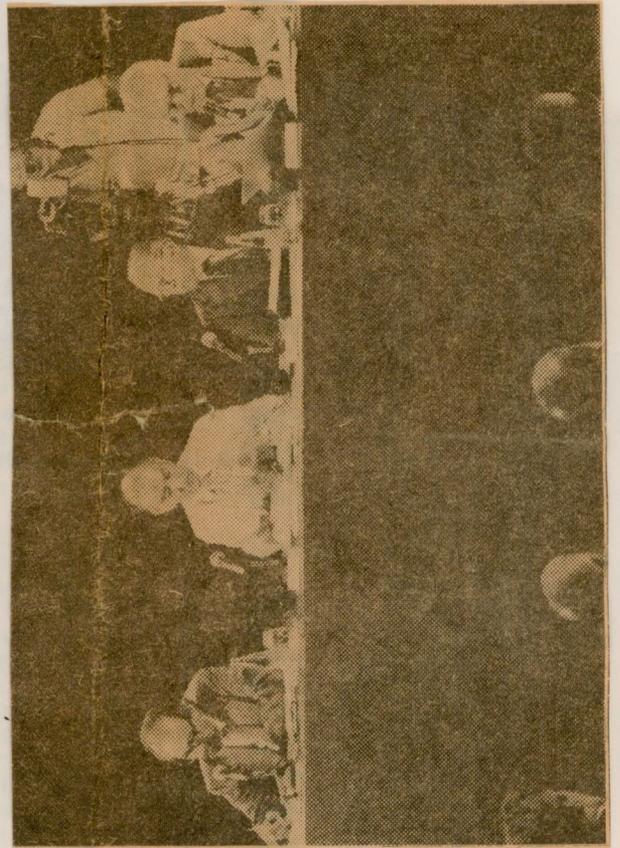
Educar não é apenas ensinar, mas oferecer conhecimentos e experiências que formem o estudante, a partir do exercício de sua própria liberdade. Na opinião do professor Erwin, "isto implica em integrar a sua preparação profissional num processo formativo amplo, capaz de desenvolver suas virtualidades. Eis uma função precípua da universidade que sabe refletir autocríticamente sobre suas responsabilidades perante a sociedade, que, por isso mesmo, deve estar apta a despertar raciocínio autocrítico entre os seus estudantes".



Fotos Alfredo Rizzutti

A regionalização do ensino foi uma das teses defendidas

DEFENDIDO estímulo à
Paulo, 14 nov., 1984.



Fotos Sidney Corralto

Reale (à direita) alertou para as medidas apressadas



A REFORMA universitária depende do ensino médio. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 nov., 1984.

A reforma universitária depende do ensino médio

Nenhuma reforma universitária será válida se não resultar também na reformulação do ensino médio, impedindo assim entre o 2º e 3º graus a ocupação de "órgãos de caráter sucedâneo e imediatista: os cursinhos, que são o atestado de óbito do curso secundário". Este foi um trecho da palestra do ex-reitor da USP, Miguel Reale, que falou sobre a "Revisão da reforma universitária" nas palestras realizadas à tarde durante o seminário A Universidade.

Miguel Reale reconheceu as falhas do atual sistema educacional, mas pediu cuidado na substituição, "para que medidas apressadas não repitam o mesmo drama". Segundo ele, a reforma prevista na Lei nº 5.540, de 1968, prejudicou a organização e o funcionamento do ensino médio. Resultado: perda do sentido formador e universalizante do curso de 2º grau, e também do primário, concepção de um exame vestibular sofisticado e mecânico e a existência dos chamados "cursinhos".

O ex-reitor da USP disse ainda que os autores da reforma universitária "já estavam conscientes de seus reflexos negativos sobre o ensino médio, tanto assim que conceberam para todo o País um malfadado curso básico, para reciclar os alunos e suprir as deficiências do ensino médio". A imposição para que a USP também instalasse o curso básico resultou na "esdrúxula criação de uma entidade destinada a receber mais de seis mil alunos por ano, uma universidadezinha amorfa, mista de ensino médio e superior, no ingresso da instituição universitária".

Referindo-se à reforma de uma maneira geral, Miguel Reale apontou a burocratização, que vem atingindo os institutos superiores, "alguns transformados em cabides privilegiados de empregos". E foi categórico: "Apesar da carência de nossos recursos, há universidades que se dão ao luxo de ter um professor para cada cinco alunos, enquanto a média norte-americana gira em torno de dez. Por esses motivos, alcançar um posto universitário passou a constituir, em certas regiões, tanto um propósito de ordem econômica quanto um objetivo cultural". Acrescentou, porém, que como o regime de dedicação exclusiva é privilégio de poucos, "as funções da universidade perdem a sua configuração principal, convertendo-se em algo de residual ou de complementar, um bico, como se diz".

Em sua palestra, Reale destacou os cursos médios oficiais, que asseguram vencimentos condignos a seus professores. "Sem eles, os Institutos, que substituíram as antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, formarão cada vez mais diplomados em Química, Física ou Matemática, que exercerão as profissões correspondentes, mas não serão professores de suas disciplinas." Com isso, prosseguiu, "a universidade deixa de ser a alma mater do ensino de 2º grau, cada vez mais confiada a docentes improvisados, cuja única habilitação é o registro no Conselho Federal de Educação. Nesse ponto, houve total abandono dos grandes ideais de 1934".

"Mecanismos para a organização e elaboração do orçamento da universidade" foi o tema da palestra do professor José Goldemberg, pelos quais ele não vê razões para que um diretor de instituto ou faculdade do Interior "tenha que se reportar continuamente à reitoria da universidade", em São Paulo. Reconheceu, entretanto, que deve haver um controle: "Num sistema em que diretores tenham grande autonomia, como garantir que ele se comportará dentro das normas e não contratará mais pessoal do que tem direito ou não distribuirá gratificações e promoções de maneira extravagante?"

Orçamento

A resposta, para Goldemberg, está na elaboração de um orçamento realista, "dentro de uma idéia clara das condições de contorno em que se movimentará o governo". Reconheceu que, na universidade, os departamentos, institutos e faculdades quase não participam do processo de preparação dos orçamentos, "que basicamente são elaborados pelos diretores que negociam com seus colegas do Conselho Universitário. Prestígio e relações pessoais são essenciais nesta tarefa".

Defendendo maior representação dos conselhos universitários a "forças sociais", Goldemberg anunciou: "O governo do Estado está preocupado com esta questão e pensa até em criar uma Secretaria Extraordinária para o Ensino Superior, que serviria de ponte entre as universidades e o governador".

Em seguida, o terceiro conferencista das palestras realizadas à tarde, professor José Afonso da Silva, falou sobre "Democratização da Universidade", lembrando que o tema tem sido "o mais controvertido e polêmico em torno da reforma e reestruturação universitária, visando a uma melhoria da universidade". Apontou, porém, que as comunidades têm dado muito destaque à eleição direta para reitor: "Com isso, questões fundamentais de uma universidade democrática ficam relegadas a segundo plano, quando não simplesmente esquecidas".

Segundo ele, é indispensável fazer uma análise partindo de uma reflexão mais ampla "sobre os pressupostos sociais da democracia, para verificar como se aplica à universidade, para indagar qual o papel da instituição no funcionamento de uma sociedade democrática e até mesmo para saber até que ponto ela tem sido responsável pelo autoritarismo a nível nacional". Na opinião de José Afonso da Silva, "a democratização da universidade se insere no contexto da democratização de toda sociedade política brasileira".

Após as palestras, começaram os debates entre os participantes, que em sua totalidade defenderam ensino público e gratuito. Surgiram algumas propostas como maior comunicação e integração entre os próprios professores da USP para reduzir, pelo menos, a burocracia. Alguns debatedores exigiram medidas políticas para melhorar o nível do ensino, en-

quanto outros reclamavam da remuneração dos docentes, questão não debatida no seminário, "embora tenham sido discutidos temas fundamentais da universidade".

Em meio às discussões, Álvaro Bourguignon, do Conselho de Representação e Pesquisa de Pós-Graduandos da PUC-SP, entregou um documento aos conferencistas mostrando a situação dos estudantes que abandonaram uma carreira para se dedicar a um idealismo: a pesquisa. Eles são bolsistas do convênio MEC-Capes-PICD, que não recebem nenhum pagamento desde setembro, quando a bolsa foi reajustada de Cr\$ 180 mil para Cr\$ 315 mil.

No encerramento do seminário, o professor Oliveiros S. Ferreira, diretor de O Estado, lembrou uma frase de Júlio de Mesquita Filho, ao final de um editorial: "O Estado de São Paulo é verdadeiramente o Estado de São Paulo", para justificar o interesse demonstrado por pessoas ligadas à Educação no seminário promovido pelo próprio jornal. Para Oliveiros Ferreira "esta situação contrasta rigorosamente com debates semelhantes realizados na USP", em que não há muita participação. "Com isso, posso afirmar: O Estado de S. Paulo é verdadeiramente a Universidade de São Paulo."